



**AVISO DE
DISPENSA ELETRÔNICA N° 17/2025**

PROCESSO N°: 35/2025

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSPORTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NÃO ARMADA PARA O EVENTO "CARNAVAL GUARAREMA 2025".

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE GUARAREMA**, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que realizará processo na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NÃO ARMADA PARA O EVENTO "CARNAVAL GUARAREMA 2025"**.

FUNDAMENTO LEGAL: Este processo e consequente execução serão regidas pela Lei Federal n° 14.133/2021 alterações, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 4350/2023, Lei Complementar n° 123/06 com as alterações inseridas pela Lei Complementar n° 147/2014, bem como pelas disposições fixadas neste Aviso e Anexos, além de demais legislações correlatas.

SESSÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA:

LOCAL/PLATAFORMA: PORTAL BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL - BLL www.bll.org.br

DATA PARA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 17 DE FEVEREIRO DE 2025

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 20 de Fevereiro de 2025 às 08 horas, exclusivamente através do sistema eletrônico conforme endereço acima.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS ATRAVÉS DE SESSÃO ELETRÔNICA: 20 de Fevereiro de 2025 as 08h55min.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

As propostas deverão ser entregues por intermédio do site www.bll.org.br, a partir do login e senha da empresa interessada, nas datas e horários estipulados. (Horário de Brasília).

O Aviso desta Dispensa Eletrônica será publicada, no site do Sistema www.bll.org.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

O Aviso de participação estará disponível aos interessados no site da BLL, e no site da Prefeitura de Guararema, através do endereço www.guararema.sp.gov.br.

1. OBJETO

1.1. O presente certame tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NÃO ARMADA PARA O EVENTO "CARNAVAL GUARAREMA 2025"**, conforme especificações constantes no Termo de Referência,



em anexo.

1.2. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 61.326,30 (sessenta e um mil trezentos e vinte e seis reais e trinta centavos)**.

2. DO SISTEMA

2.1. O sistema utilizado para realização da DISPENSA ELETRÔNICA é o **SISTEMA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL**.

2.2. Para participação na DISPENSA ELETRÔNICA, as empresas interessadas ou seus representantes legais **deverão estar previamente credenciados junto ao sistema**, conforme item "Da Participação" abaixo.

2.3. A Administração não se responsabiliza por qualquer problema que venha a ocorrer entre a empresa interessada e o sistema que impeça o mesmo de participar do certame.

2.4. Os trabalhos da DISPENSA ELETRÔNICA serão conduzidos por Agentes Públicos servidores da Prefeitura Municipal de Guararema, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. Poderão participar do processo todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que satisfaçam todas as exigências Editalícias, inclusive quanto à compatibilidade do objeto e à documentação, constantes deste Aviso e seus Anexos.

3.2. Não será admitida neste processo a participação de empresas:

3.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

3.2.2. Que estejam enquadradas nas disposições do art. 14º da Lei Federal 14133/2021.

3.2.3. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa, ou que tenham sido declaradas inidôneas, na forma prevista no art. 156, III e IV da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público da Administração Municipal.

3.2.5. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

4.1. Para acesso à DISPENSA ELETRÔNICA os interessados **deverão dispor de login e senha (intransferíveis) junto ao sistema BLL**, bem como não ter, com este, qualquer pendência formal, financeira ou de cadastro. O acesso deve ser feito através da página do sistema de dispensas eletrônicas: www.bll.org.br.

4.2. A empresa interessada deverá estar credenciada, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no Aviso para o recebimento das propostas.

4.3. O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema.

4.4. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do vencedor da dispensa eletrônica, que pagará à Bolsa de Licitações, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido



pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de ressarcimento pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.

4.5. A participação do interessado na DISPENSA ELETRÔNICA se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Aviso.

4.6. O acesso do operador à dispensa, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome da empresa interessada, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.7. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer DISPENSA ELETRÔNICA, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

4.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.9. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à DISPENSA ELETRÔNICA.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

5.1. Até a data e hora indicadas neste Aviso, os empresa interessadas deverão incluir no site www.bll.org.br suas propostas comerciais, mediante *login* e senha da empresa interessada, a partir da data da liberação do Aviso no site até o dia previsto para abertura da Sessão de DISPENSA ELETRÔNICA, mencionada no preâmbulo. Durante este período o Empresa interessada poderá incluir ou excluir proposta de preços.

5.2. Para participação no DISPENSA ELETRÔNICA, o interessado deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o interessado às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo da sanção criminal cabível.

5.4. O interessado deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da sessão, atentando também para a data e horário designado para início da disputa de preços.

5.5. Após identificar a dispensa eletrônica de que deseja participar, a empresa interessada deverá **oferecer proposta no campo específico do sistema**, preenchendo o campo **valor do objeto** e **informações adicionais**, se for necessário.

5.6. O valor a ser incluído pela empresa interessada refere-se ao **valor unitário** de cada item, em real (R\$), com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula. Para composição do valor, a empresa interessada deverá verificar os itens e suas quantidades.

5.7. No preço proposto deverão também estar contemplados todos os custos diretos e indiretos por ventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente dispensa eletrônica tais como: impostos, taxas, fretes, materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos,



etc.

5.8. Formulado o preço de cada item a ser ofertado, a empresa interessada deverá concordar com os termos do Aviso e com a declaração do tipo de empresa que ele representa.

5.9. Até a data e hora de abertura de propostas, o valor unitário do objeto pode ser incluído, excluído e alterado, através da inclusão de uma nova proposta. A empresa interessada também poderá desistir da proposta.

5.10. A empresa interessada será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão eletrônica.

5.11. Incumbirá à empresa interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão da DISPENSA ELETRÔNICA, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.12. A empresa interessada deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Aviso e seus Anexos.

5.13. Os documentos anexados durante a inserção da proposta no campo "informações adicionais" (declarações, etc) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação da empresa interessada.

5.14. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas **um preço para cada item** constante desta dispensa eletrônica.

5.15. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

5.16. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta dispensa eletrônica, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Aviso.

5.17. As empresas interessadas ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão.

5.18. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da municipalidade, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

6. DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. No dia e horário estabelecidos no preâmbulo deste Aviso será realizada a abertura das propostas em sessão pública por meio de sistema eletrônico, passando o Agente Público administrativamente designado a avaliar a sua aceitabilidade, sempre de acordo com o teor deste Aviso e seus anexos, bem como dos diplomas legais antes mencionados.

6.1.1. O acesso no sistema para participarem da sessão de lances deve ser feito no site www.bll.org.br opção "Sala de Disputa".

6.2. Serão desclassificadas as propostas:

- a.** Que não atendam às exigências do ato convocatório da dispensa eletrônica;
- b.** Que estiverem em desacordo com o ANEXO I;
- c.** Que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;
- d.** Que contenham qualquer elemento que permita a identificação da empresa interessada, até a fase de lances (inclusive) no processo licitatório.

6.3. Aberta a etapa competitiva - "Etapa de lances", os representantes das



empresas interessadas deverão estar conectados ao sistema para participar das sessões de lances.

6.4. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente Público e as empresa interessadas.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, as empresas interessadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITARIO do material licitado.

6.9. Esta dispensa eletrônica se dará pelo modo de DISPUTA ABERTO, no qual as empresas interessadas apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme os seguintes critérios:

a. A etapa de envio de lances na sessão pública durará **06 (seis) horas** e, após isso, será finalizada automaticamente pelo sistema a sessão pública.

6.9.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou inferiores ao do último valor apresentado pela própria empresa interessada ofertante, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, caso isso ocorra prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9.2. Durante o transcurso da etapa de lances, as empresa interessadas serão informados, em tempo real, do valor material do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.10. É vedado as empresas interessadas estabelecer comunicações entre si através de "chat" do sistema, em qualquer fase da dispensa eletrônica, podendo o Agente Público, justificadamente, proceder à desclassificação das propostas da empresa interessadas que assim procederem.

6.11. No caso de desconexão com o Agente Público, no decorrer da etapa competitiva do DISPENSA ELETRÔNICA, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível as empresa interessadas para a recepção dos lances.

6.12. O Agente Público, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.13. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da DISPENSA ELETRÔNICA será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.14. Quando houver uma única empresa interessada ou uma única proposta válida, caberá ao Agente Público verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

6.14.1. Na classificação das propostas, será levado em conta o menor preço, devendo ser respeitados os preços máximos unitários constantes na Estimativa de preços.

6.15. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

6.16. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 6.9. alínea "a".

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CLASSIFICAÇÃO

7.1. Encerrada a fase de recebimento de lances compete ao Agente Público



avaliar a aceitabilidade do preço do primeiro classificado, decidindo motivadamente a respeito, verificando a perfeita consonância com as especificações e condições do Aviso, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a empresa interessada que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta.

7.1.1. Havendo contraproposta aceita, o Agente Público detalhará seu valor no sistema.

7.2. O **Agente Público**, na fase de julgamento, **poderá** promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação e declarações apresentadas, devendo as empresa interessadas atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

7.3. Não se considerará qualquer vantagem não prevista neste Aviso e seus Anexos para julgamento das propostas.

7.4. A proposta de preços atualizada com o último lance deverá ser enviada, via sistema no campo "Documentos Complementares".

7.4.1. Proposta, formulada em papel timbrado da empresa interessada, devendo estar rubricada e a última folha assinada por representante legal da empresa, devendo consignar:

- a. Valor unitário do item ofertado, culminando com o valor global da proposta, conforme modelo de Proposta Comercial (ANEXO II).
- b. Prazo de validade da proposta, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data da sessão pública do DISPENSA ELETRÔNICA.
- c. Condições de pagamento e de entrega.

7.5. Declarando o vencedor da Proposta de Preços, a sessão via internet continuará para análise dos documentos de habilitação, que foram inseridos pelas empresas na plataforma, conforme determina a lei 14.133/2021.

7.6. Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se a empresa interessada não atender às exigências de habilitação, o **Agente Público, respeitada a ordem de classificação**, examinará as ofertas subsequentes, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação da empresa interessada, será declarada vencedora.

7.7. No entanto, se for verificada prejudicada a competitividade motivada pela participação de única empresa interessada, única proposta válida, ausência de lances ou disputa simulada da DISPENSA ELETRÔNICA, independentemente do valor final ser igual ou menor que o valor de referência, deverá o Agente Público verificar a aceitabilidade do preço mediante consulta aos meios disponíveis que garantam ao final a razoabilidade do valor ofertado comparado aos preços praticados pelo mercado.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação da empresa vencedora da fase de lances, serão analisados os documentos exigidos no Aviso conforme abaixo listados, os quais deverão ser inseridos no sistema no site www.bll.org.br.

Habilitação Jurídica:

8.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.1.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de



seus administradores.

8.1.4. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de empresa ou sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

8.1.5. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e cópia autenticada do Ato de Registro de Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.6. Os documentos descritos neste item deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.1.7. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - **CNPJ**. A descrição da atividade econômica principal ou secundária da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

8.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa em nome do interessado.

8.1.9. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do **FGTS - CRF**.

8.1.10. Prova de **Regularidade para com a Fazenda Federal e Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social - INSS** mediante apresentação de "Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União", ou "Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União", ambas, dentro da validade e em nome do interessado. (Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB N° 1.751/14).

8.1.11. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários ou de ISS ou de Taxa de Licença)** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei e, conforme o caso, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto desta Dispensa.

8.1.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista deve ser feita pela **efetiva fornecedora dos serviços**.

8.1.13. Sempre que possível, serão aceitas Certidões Positivas de Débito com Efeitos de Negativas - CPD-EN.

Qualificação Técnica:

8.1.14. Atestado(s) de bom desempenho anterior em serviços de mesma natureza e porte, expedido(s) em nome da licitante, fornecido(s) pela(s) contratante(s), contendo necessariamente, a especificação do tipo de serviço, com indicação do quantitativo executado.

8.1.14.1. Os atestados de bom desempenho solicitados anteriormente deverão comprovar o desempenho de serviço correspondente a 50% (cinquenta por cento) da somatória global dos serviços a serem executados referentes ao objeto;

8.1.14.2. Será permitida a somatória de quantitativos de atestados para comprovação dos mínimos exigidos no Edital.



Disposições Gerais:

8.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, que deverá ser inserida no prazo de até **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro via chat, na aba "**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**".

8.3. O prazo acima poderá ser prorrogado pelo mesmo período, desde que solicitado dentro do prazo inicial.

8.4. A critério da licitante, os documentos de habilitação poderão ser encaminhados concomitantemente com a proposta, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

8.5. Os licitantes deverão encaminhar além dos documentos de habilitação, a Proposta de Preços Reajustada, elaborada de acordo com o modelo ANEXO II, deste Aviso, contendo os preços unitários e totais para a contratação a partir do valor final obtido no certame.

8.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.7. O pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.8. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, este Município aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de recebimento.

8.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação do interessado na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

8.11. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

8.12. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Aviso, o **Agente público** poderá considerar a licitante inabilitada, respeitando-se o Princípio da Razoabilidade e sempre visando à ampla disputa.

8.13. Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Aviso, a licitante será declarada habilitada.

8.14. Todos os documentos deverão estar assinados pelo representante legal.

8.15. Caso necessário para melhor análise e confirmação se o ramo de atividade que a empresa exerce é compatível com o objeto da dispensa será solicitado para o vencedor Atestado(s) de bom desempenho anterior em serviços de mesma natureza e porte, expedido(s) em nome da licitante, fornecido(s) pela(s) contratante(s), contendo necessariamente, a especificação do tipo de serviço, com indicação do quantitativo executado.

8.1.15. Os atestados de bom desempenho solicitados anteriormente deverão comprovar o desempenho de serviço correspondente a 50% (cinquenta por cento) da somatória global dos serviços a serem executados referentes ao objeto;



- 8.1.16. Será permitida a somatória de quantitativos de atestados para comprovação dos mínimos exigidos no Aviso.
- 8.2. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente Público suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9. DA DECLARAÇÃO DA VENCEDORA

9.1. Depois de analisada a documentação de habilitação, o Agente Público dará sequência a fase de ratificação.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPENSA ELETRÔNICA

- 10.1. A sessão pública poderá ser reaberta nos seguintes casos:
- 10.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o empresa interessada declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 10.3. Todas as empresas interessadas remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.
- 10.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), da Plataforma "BLL".

11. DA RATIFICAÇÃO

11.1. Procedido ao julgamento objetivo das propostas e a habilitação da empresa interessada que apresentou menor preço, a RATIFICAÇÃO da Dispensa Eletrônica caberá ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal (Autoridade Competente).

12. DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Termo de Referência da Dispensa Eletrônica, correndo por conta da contratada quaisquer despesas decorrentes da prestação dos serviços, inclusive em relação à tributos, do cumprimento de exigências previstas na legislação profissional específica, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação.
- 12.2. Deverão ser obedecidas todas as normas que dizem respeito à prestação dos serviços ora objetivadas, como as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, dentre outras atinentes ao caso, ainda que não mencionadas neste Aviso.
- 12.3. Os serviços, objeto do presente Aviso, somente poderão ser concedidos, subcontratados ou subempreitados, no seu todo ou em parte, com autorização da Administração.
- 12.4. O prazo para execução dos serviços será de acordo com Termo de Referência da Dispensa Eletrônica.
- 12.5. Qualquer alteração nos serviços, bem como quaisquer outras que se façam necessárias no decorrer da execução das atividades ou, ainda, qualquer modificação futura, só poderão ser feitas mediante prévia aprovação do Município, por escrito.
- 12.6. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente no ato de sua execução, contados da data de recepção pela Administração Municipal do relatório dos serviços prestados, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura representativa **da prestação dos serviços**.
- 12.7. Os serviços serão aprovados, de forma definitiva, em até 10 (dez)



dias, após a aprovação provisória ou após as correções efetuadas, se necessário, desde que verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

12.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pelo perfeita entrega do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este DISPENSA ELETÔNICA, em conformidade com o Termo de Referência.

13. DO CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO E DAS SANÇÕES.

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.4. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa sem motivo justificado;

13.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.10. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.11.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.13.1. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência pela falta do subitem 13.2 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.2 a 13.12;

c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.2 a 13.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o



responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.8 a 13.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.14. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.14.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.14.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.14.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.14.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.14.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.16. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.17. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.18. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.19. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.20. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.21. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.22. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

14. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO (AS)

14.1. A execução da Autorização de Fornecimento será acompanhada e fiscalizada pelos "Gestores" e "Fiscais" informados no ANEXO I.

14.2. O Gestor(a) deverá:

a. Receber as Notas Fiscais da licitante contratada e providenciar os trâmites necessários para o seu pagamento, nas condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento;

b. Observar criteriosamente se o objeto contratado atende às expectativas da Administração Municipal e se conferem com as exigências



estabelecidas;

c. No caso de falhas no seu cumprimento, informar a autoridade superior, por escrito e em tempo hábil, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade;

d. Observar para que, durante a vigência da Autorização de Serviço, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na dispensa eletrônica, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

e. Receber os pedidos de reajuste, repactuação e revisão de preços por parte da licitante contratada e conduzir os procedimentos para concessão dos mesmos, se cabível, sempre agindo dentro de seu âmbito de competência;

f. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de aplicação de penalidades.

14.3. A fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pela licitante contratada será feita pelo órgão gerenciador por amostragem e a qualquer momento mediante denúncia de eventuais irregularidades.

14.4. O(a) Gestor(a) da Autorização de Serviço poderá ser substituída pelo Município a qualquer tempo durante a vigência da Autorização de Serviço, mediante assinatura de Termo de Aditivo.

14.5. A licitante contratada indicará um empregado que ficará responsável pela entrega do Objeto junto à Administração Municipal.

14.6. O responsável indicado pela licitante contratada poderá ser substituído a seu pedido, mediante prévia comunicação ao Município, e, sendo a substituição aceita, será formalizada por Termo de Aditamento Contratual.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Para efeito de pagamento, a empresa fornecedora encaminhará a Secretária solicitante as respectivas Notas Fiscais referente ao fornecimento realizado.

15.2. A discriminação dos valores referentes ao Serviço deverá ser reproduzida na Nota Fiscal apresentada para efeito de pagamento.

15.3. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, após recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.

15.4. A Nota Fiscal que apresentar incorreções será devolvida à adjudicatária e seu vencimento ocorrerá em **30 (trinta) dias** após a data de sua apresentação válida.

15.5. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da adjudicatária, cujo Banco, Agência e Número de Conta deverão estar indicados em sua Proposta Comercial.

15.6. Após o recebimento definitivo, o atraso no pagamento em prazo superior a 30 (trinta) dias ensejará a atualização monetária, com aplicação do índice do IPC-A (IBGE) até a data em que a Administração efetuar o pagamento.

15.7. A Nota Fiscal deverá **ser preferencialmente eletrônica** e recebida **somente** pela Gestora indicada **para que seja devidamente atestada e validade para fins de pagamento**. Não se considerará recebida Nota Fiscal que seja entregue a outro servidor da municipalidade ou a outra Secretaria que não a indicada na "AS".



16. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

16.1. Para fins deste instrumento, sem prejuízo das demais definições inseridas neste Aviso, cabe à Municipalidade zelar pelo cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

17. DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. Na execução do presente Aviso é vedado à Administração Municipal Direta e Indireta e à Detentora e/ou o empregado seu, e/ou o preposto seu, e/ou o gestor seu:

- a. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar da presente dispensa eletrônica;
- c. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações da presente dispensa eletrônica, sem autorização em lei, no ato convocatório da dispensa eletrônica ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Aviso; ou
- e. De qualquer maneira fraudar a presente dispensa eletrônica, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022 (e posteriores alterações), bem como quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ainda que não citadas expressamente no presente Aviso e futura Autorização de Fornecimento.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. As normas disciplinadoras desta dispensa eletrônica serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.2. O **Agente Público** reserva-se o direito de promover qualquer diligência que entenda conveniente.

18.3. Os casos omissos do presente Aviso serão solucionados pelo **Agente Público**, tudo de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

18.4. As condições aqui estabelecidas devem ser tidas como complementares ao Termo de Referência. Havendo divergência entre Aviso e Termo de Referência, deverá prevalecer o primeiro.

18.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alterações das condições contratadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

18.6. Os fornecedores participantes deste certame deverão atender às legislações ambientais vigentes nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, incluindo o fornecimento de documentos comprobatórios quando fornecer produtos e/ou serviços que envolvam impactos ambientais.

19. DO FORO

19.1. As questões decorrentes da execução deste Aviso, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da



Comarca de Guararema/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ressalvados os direitos de recursos a instâncias legais superiores.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODAS AS INTERESSADAS, É EXPEDIDO ESTE AVISO QUE SERÁ AFIXADO NO QUADRO DE EDITAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA E PUBLICADO NA FORMA DA LEI.

Guararema, em 17 de Fevereiro de 2025.

JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSPORTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO			
Destinação do produto	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.			
Especificações do Serviço	Conforme Estudo Técnico Preliminar.			
Justificativa	A contratação se faz necessária para garantir a segurança dos cidadãos e prezar pelo patrimônio público durante a realização do evento "Carnaval Guararema 2025.			
Quantitativo do serviço	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PERÍODO	QUANTIDADE
	1	VIGILANCIA NÃO ARMADA: Vigilante Não Armado, atuando pelo período total de 08(oito) horas. A Atividade de Vigilância Patrimonial é definida pela Portaria N° 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, como atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.	DIURNO	70
			NOTURNO	140
Prazo de entrega do serviço	Dias 22 e 23 de fevereiro de 2025, e 01 à 04 de março de 2025			
Local de execução do Serviço	Os serviços serão realizados na Vila de Luís Carlos, Praça "Professora Deoclésia de Almeida Melo" e diversas ruas do Centro de Guararema por onde passará o cortejo.			
Valor da contratação	R\$ 61.326,30 (sessenta e um mil trezentos e vinte e seis reais e trinta centavos)			
Gestor do contrato	Nome Completo: Edson Roberto Pinto de Moraes Emprego/Função: Secretário Municipal de Segurança Pública			
Fiscal do contrato	Nome Completo: Michael Meyson Bezerra da Silva de Oliveira Cargo: Secretário Municipal Adjunto de Cultura			
Obrigações da Contratada	Realizar a prestação dos serviços respeitando todas as condições e obrigações do Termo de Referência do Edital; Garantir a qualidade dos serviços prestados, corrigindo eventuais falhas; Cumprir o cronograma de execução estabelecido, respeitando os prazos de início e término dos serviços.			
Obrigações da Contratante	Notificar à CONTRATANTE qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato; Fiscalizar a execução do objeto deste contrato podendo, em decorrência de irregularidades, solicitar fundamentadamente à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, as quais, a mesma atenderá no prazo mínimo necessário; Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no contrato; Respeitar todas as condições e obrigações do Termo de Referência do Edital.			



ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PERÍODO	QUANT.	Estimativa de custo valor unit.	Estimativa de custo valor total
1	VIGILANCIA NÃO ARMADA: Vigilante Não Armado, atuando pelo período total de 08(oito) horas. A Atividade de Vigilância Patrimonial é definida pela Portaria N° 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, como atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.	DIURNO	70	R\$ 292,03	R\$ 20.442,10
		NOTURNO	140	R\$ 292,03	R\$ 40.884,20
Valor total					R\$ 61.326,30

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Trata-se de um Estudo Técnico Preliminar referente à contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância não armada para o evento “Carnaval Guararema 2025”.

O presente documento caracteriza a fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente proposta tem como objeto a prestação de serviços de vigilância não armada, atendendo à necessidade do Município para a realização do evento “Carnaval Guararema 2025”. O evento ocorrerá nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2025, e 01 a 04 de março de 2025, conforme especificado abaixo, sendo essencial garantir a organização e a segurança dos participantes.

22/02 (sábado): Concurso de Marchinhas – Praça. Deoclésia – das 16h00 às 22h00.

23/02 (domingo): Pré-Carnaval (todos os blocos) – Vila de Luís Carlos – das 10h00 às 20h00.

MATINÊS

01 a 04/03 (sábado a terça): Matinês na Vila de Luís Carlos – das 12h00 às 17h00.

CORTEJO DOS BLOCOS:

Concentração a partir das 14h00 na Praça Deoclésia e finalização às 20h00 no Recanto do Américo (Pau D`alho).

01/03 (Sábado): Bloco Arueira.

02/03 (Domingo): Bloco Conde de Matutóia.

03/03 (Segunda): Bloco Nós Sofre Mas Nós Goza.

04/04 (Terça): Bloco do Cride.



A realização desse tipo de evento exige a presença de profissionais qualificados para garantir a segurança do público. A falta desse serviço compromete a integridade dos participantes e infringe normas de segurança. Portanto, a contratação desses profissionais é fundamental para assegurar um ambiente protegido, organizado e em conformidade com as regulamentações vigentes.

2- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá assumir responsabilidade integral pela execução dos serviços.

A apresentação dos serviços que compõem o contrato deve estar de acordo com as normas da licitação, utilizando seus próprios recursos humanos e materiais, bem como:

Arcar com todos os insumos, utensílios, alimentação e serviços;

Responder por todas as obrigações previdenciárias, seguro, acidente de trabalho e outras impostas pela legislação trabalhista, cível e outras, resultante da execução do objeto contratado;

Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, bem como pela indenização a terceiros que porventura sofram prejuízos decorrentes de atos da própria CONTRATADA, de empregados ou prepostos seus, praticados durante a execução do contrato.

A CONTRATADA deverá respeitar todas as condições e obrigações do Edital e do seu respectivo Termo de Referência, no que tange à apresentação do objeto licitado.

Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, e que não possuam registro de sanção que impeçam sua contratação.

O objeto deverá atender a toda legislação e demais normas regulamentares, inclusive as expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - de qualquer esfera de Governo, pertinentes ao ramo de atuação da CONTRATADA, independentemente de expressa previsão editalícia.

Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada com ramo de atividade compatível com objeto, devidamente regularizada, e com habilitação em conformidade com o exigido nesse instrumento de convocação e na legislação.

Qualificação Técnica: A empresa contratada deverá apresentar atestado (s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis com as características, quantidades e prazos similares aos objetos desse certame, os quantitativos mínimos correspondentes a **pelo menos 50% (sessenta por cento)** da execução pretendida, nos termos da Súmula nº 24 do TCE/SP.

Documento do Ministério da Justiça: Apresentação obrigatória da autorização para funcionamento (alvará de funcionamento da empresa) em nome da licitante, emitido pelo Ministério da Justiça.



Documento da Polícia Federal: Apresentar obrigatória do certificado de segurança emitido pelo Sindicato Patronal da Categoria junto a superintendência regional da Polícia Federal.

Documento da Secretaria de Segurança Pública: Apresentação obrigatória de certificado de regularidade de situação de cadastramento, perante a Divisão de Registros Diversos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

3 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

A administração pública realizou o levantamento de mercado, identificando empresas que atendam melhor às seguintes necessidades:

- Conformidade legal;
- Histórico e experiência;
- Treinamento contínuo;
- Flexibilidade e proatividade;
- Disponibilidade e comunicação.

Após solicitação de propostas, 03 (três) empresas encaminharam os orçamentos que compuseram o preço médio estimado da presente licitação conforme planilha a seguir:

ITEM	TIPOS DE POSTO	ESPECIFICAÇÕES	FORNECEDOR		CONTROLLER		SEGÓVIA		EFATH		ESTIMATIVA DE CUSTO VALOR UNT.	ESTIMATIVA DE CUSTO VALOR TOTAL
			PERÍODO	QUANTIDADE DE EQUIPES	VALOR UNITÁRIO POR EQUIPE	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO POR EQUIPE	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO POR EQUIPE	VALOR TOTAL		
1	VIGILÂNCIA PATRIMONIAL NÃO ARMADA	Vigilante Não Armado, atuando pelo período total de 08(oito) horas. A Atividade de Vigilância Patrimonial é definida pela Portaria Nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de Dezembro de 2012, como atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.	DIURNO	70	R\$ 298,00	R\$ 20.860,00	R\$ 295,60	R\$ 20.692,00	R\$ 282,50	R\$ 19.775,00	R\$ 292,03	R\$ 20.442,33
			NOTURNO	140	R\$ 298,00	R\$ 41.720,00	R\$ 295,60	R\$ 41.384,00	R\$ 282,50	R\$ 39.550,00	R\$ 292,03	R\$ 40.884,67
					TOTAL	R\$ 62.580,00	TOTAL	R\$ 62.076,00	TOTAL	R\$ 59.325,00	TOTAL	R\$ 61.327,00

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O objetivo da contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância não armada é garantir a segurança e o bem-estar de todos os participantes, organizadores e equipes envolvidas. Além disso, os vigilantes desempenham diversas funções relacionadas à proteção, controle de acesso e prevenção de incidentes.

Todos os serviços necessários de vigilância não armada serão executados conforme descritos abaixo:

- As equipes poderão ser compostas por homens ou mulheres acima de 18 anos, desde que não possuam antecedentes criminais ou qualquer outro tipo de restrição à prestação dos serviços;



- Deverão possuir habilitação, na categoria mínima exigida para o veículo em que estiver dirigindo ou pilotando, quando for o caso;
- A alimentação, traslado do pessoal, e todas as despesas diretas e indiretas, bem como encargos sociais e trabalhistas, seguros, benefícios, liquidação de responsabilidades por acidentes de trabalho ou que causem danos ou prejuízos ao Município ou a terceiros por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia da contratada, de seus prepostos ou funcionários, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;
- Para cada 10 (dez) profissionais trabalhando simultaneamente, a contratada deverá indicar um membro como responsável da equipe do dia;
- Nos casos de atraso e/ ou falta:
 - ✓ Para cada falta de profissionais será descontado o respectivo valor contratado, mais multa de 50% (cinquenta por cento) deste valor;
 - ✓ O valor da multa será deduzido do pagamento da nota fiscal;
- Os responsáveis do dia ficarão responsáveis pela postura dos profissionais, substituição quando necessário, entrega de equipamentos, alimentação e fiscalização da permanência dos profissionais nos pontos pré-determinados pela CONTRATANTE;
- A vistoria aos pontos onde estarão os profissionais do serviço prestado, deverá ser feita pelos responsáveis *in loco*;
- Todos os colaboradores inclusive responsáveis do dia, deverão estar munidos dos EPI's necessários para realizarem os serviços contratados;
- Uniforme em ótimo estado de conservação, devendo ser todos iguais, com identificação da empresa contratada.
- Todos os profissionais (homens e mulheres), de acordo com a necessidade da Contratante) deverão estar presentes no local com 01 (uma) hora de antecedência do horário previsto para o início do evento.
- A empresa deverá possuir veículos em quantidade necessária para transportar seus profissionais até os locais onde prestarão os serviços, devendo estar com a manutenção e documentação em dia, seguro e devidamente identificado, e à disposição também para uso simultâneo para transportar equipamentos, materiais, alimentação, EPIs e equipe para diferentes locais de eventos, garantindo que a empresa chegue a tempo, para auxílio caso seja necessário e contribuindo assim para o bom andamento do serviço prestado com transporte próprio que ajuda a otimizar a logística, permitindo o planejamento melhor das rotas e horários.
- **Rádio Comunicador para Equipes:** A empresa deverá possuir à disposição de seus profissionais, no mínimo, 01 (um) rádio retransmissor (HT) para cada equipe contratada,



distribuídos estrategicamente pelos demais profissionais nos eventos, conforme identificação de necessidades da Contratada e solicitações da Administração Pública e demais órgãos de segurança, visando facilitar a comunicação de todos envolvidos com a segurança e organização dos eventos.

• **Rádio Comunicador Extra:** Visando facilitar a comunicação das produções e responsáveis pelos eventos por parte da Administração Pública, bem como de setores importantes como Trânsito, Polícia Militar, Bombeiro, Monitoramento (CSI) entre outros, devendo a empresa disponibilizar rádios comunicadores extras para esses colaboradores e departamentos.

Todos os rádios comunicadores deverão seguir as seguintes características e instruções:

- ✓ Rádio em perfeitas condições de uso, para comunicação entre todos;
- ✓ Os rádios deverão ser digitais e compatíveis com os rádios pertencentes às instituições de segurança pública, que são o DGP8050 da MOTOROLA;
- ✓ Os rádios da contratada deverão transmitir e trocar informações com os rádios pertencentes aos profissionais das instituições de segurança pública, através de repetidora VHF;
- ✓ Os rádios e equipamentos necessários, poderão ser locados, devendo ser apresentado o contrato de locação com as devidas licenças quando for o caso;
- ✓ A empresa Contratada, durante toda a vigência do contrato, terá que fornecer o sistema de repetição dos rádios operando em VHF, de maneira a ter um alcance mínimo de 5km, evitando assim a falta de comunicação entre todos que estiverem nas vias durante a operação, aumentando assim a segurança no trânsito;
- ✓ Não será aceito rádio do tipo “talk about” ou similar devido as interferências.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos dos serviços correlacionados ao objeto a ser pleiteado foram obtidos por meio de levantamento de dados de anos anteriores, com base em análises planejadas e comparativas. Esse levantamento permite uma estimativa da demanda necessária, garantindo que os serviços sejam prestados de forma eficiente e compatível com o volume esperado para o evento.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a referida contratação está orçado em **R\$ 61.326,30 (sessenta e um mil trezentos e vinte e seis reais e trinta centavos)**.

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A contratação para prestação do serviço mencionado nesse documento deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução por uma única empresa.



8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Para esta contratação não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

9 – ALINHAMENTO COM O ORÇAMENTO MUNICIPAL

A presente contratação está alinhada ao objetivo de garantir a estrutura adequada e conta com recursos específicos alocados para atender às demandas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

10 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A prestação de serviços de vigilância não armada em eventos gera impactos positivos e significativos, garantindo organização, segurança e bem-estar para todos os participantes. A seguir, destacamos os principais resultados e benefícios desses serviços:

Melhoria na Experiência dos Participantes:

Ambiente Seguro e Organizado: A presença de profissionais de vigilância não armada contribui para um ambiente mais tranquilo e estruturado, permitindo que os participantes aproveitem o evento com maior conforto.

Imagem Positiva: Eventos bem organizados e seguros reforçam a credibilidade dos organizadores, transmitindo profissionalismo e confiabilidade ao público e patrocinadores.

Segurança e Saúde:

Prevenção de Incidentes: A atuação de profissionais de vigilância não armada reduz riscos de tumultos, furtos e situações de emergência, garantindo a integridade dos participantes.

Eficiência Operacional:

Controle de Acessos e Circulação: Profissionais capacitados asseguram que o fluxo de pessoas ocorra de maneira organizada, evitando aglomerações e problemas logísticos.

Cumprimento de Regulamentações:

Atendimento às Normas de Segurança: A presença de profissionais qualificados garante que o evento esteja em conformidade com as legislações vigentes, prevenindo autuações e penalidades.

Regularidade em Eventos de Grande Porte: O cumprimento das normas de segurança é essencial para a obtenção de autorizações e alvarás, facilitando a realização do evento de forma legal e segura.

Redução de Impactos Negativos:

Proteção do Patrimônio Público e Privado: A atuação da equipe de vigilância não armada minimiza atos de vandalismo e depredação, preservando o espaço onde o evento ocorre.

A contratação desses serviços não apenas eleva o nível de segurança e organização dos eventos,



mas também assegura o cumprimento das normas e melhora a experiência dos participantes, tornando o evento mais confiável, seguro e eficiente.

Exemplos de Resultados Positivos:

Eventos Seguros e Organizados: A presença de equipes de vigilância não armada garante um ambiente mais controlado e protegido, reduzindo riscos de incidentes e proporcionando maior tranquilidade aos participantes.

Reputação e Fidelização: Eventos que investem em segurança e atendimento emergencial de qualidade conquistam a confiança do público, fortalecendo a imagem dos organizadores e incentivando a participação recorrente de munícipes e turistas.

Eficiência Financeira: A atuação preventiva das equipes de vigilância não armada reduz custos com danos ao patrimônio, sinistros e emergências médicas, evitando despesas adicionais com reparos, indenizações e multas por não conformidade com normas de segurança.

Em resumo, uma abordagem bem planejada e executada para a vigilância não armada em eventos não só garante a proteção e satisfação do público, como também contribui para a organização, credibilidade e sucesso do evento.

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Serão designados servidores dea Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para que façam o acompanhamento e avaliação dos serviços a serem prestados.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Embora a contratação de empresa prestadora de serviços de profissionais de vigilância não armada não seja diretamente relacionada a questões ambientais, ela pode gerar impactos indiretos significativos.

Para minimizar esses impactos, é importante adotar práticas sustentáveis e escolher fornecedores comprometidos com a proteção ambiental.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo deste estudo preliminar, evidenciaram que a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância não armada, mostra—se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Esta Secretaria Municipal declara que esta contratação é viável diante da necessidade apresentada neste estudo técnico.



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

[EM FOLHA TIMBRADA DA EMPRESA]

Local e Data

À Prefeitura Municipal de Guararema

**REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 35/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 17/2025**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NÃO ARMADA PARA O EVENTO "CARNAVAL GUARAREMA 2025".

Empresa Interessada:

Número do CNPJ:

Endereço Completo:

Telefone e Fax:

E-mail:

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias nossa Proposta de Preços da Dispensa Eletrônica em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

O valor global de nossa proposta é (...).

INSERIR PLANILHA

Prazo de validade da proposta: (...)

Prazo de entrega: (...)

Condições de pagamento: (...)

Informamos os dados do responsável pela gestão da Autorização de Serviço, o qual estará à disposição do Município de Guararema para quaisquer esclarecimentos necessários:

Nome

E-mail e Telefone

Profissão/Cargo

Informamos os dados da conta bancária da empresa para futuros pagamentos, no caso de contratação:

Banco:

Agência:

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura, nome legível e cargo do signatário